

Os eletrodomésticos que mais gastam energia

Uma matéria especial mostra o custo do racionamento de energia elétrica para o País. O PIB de 2001 deverá cair 3 pontos. O governo também prevê alta de inflação. (Página 5)



Editorial	Pág. 2
Cartas	Pág. 2
Calendário Contábil	Pág. 4
Notícias Contábeis	Pág. 4



JORNAL DO CFC

ANO 4, Nº 39, JULHO DE 2001

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Certificado de Gestão Fiscal contribui para fixar a LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal veio para mudar a cultura dos gestores brasileiros. Com a adequação das contas públicas ao rigor da lei, os prefeitos e governadores estarão contribuindo para a transparência do trabalho dos órgãos públicos. E participando do Programa de Incentivo à Gestão Fiscal Responsável, na busca do Certificado lançado pelo CFC, as autoridades estarão dando um enorme passo para a fixação da LRF na cultura do País.

É com essas palavras que o Contador Wander Luiz, do DF, explica como deve ser a repercussão do lançamento do Certificado de Gestão Fiscal Responsável entre os gestores da administração pública do Brasil. Em

entrevista ao **Jornal do CFC**, Wander mostra com detalhes os critérios que serão utilizados pelo CFC para premiar os gestores que melhor aplicarem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele esclarece que nenhuma informação adicional, além daquelas previstas na lei, será exigida de prefeitos e governadores que aderirem ao Programa do CFC.

Um dos conselhos que Wander Luiz dá aos prefeitos municipais é que eles devem ter uma estrutura técnica eficiente, na qual ele possa confiar, onde a qualidade deve prevalecer sobre a quantidade. “Nesse particular, a presença de um Contabilista preparado e um sistema de controle interno são requisitos fundamentais”, diz Wander Luiz.

E o Certificado já chegou ao interior do Pará, onde um prefeito já pediu ao CFC que acompanhasse “in loco” a aplicação da LRF pelos funcionários. O prefeito colocou a Prefeitura à disposição dos Contabilistas, para que eles a transformem num laboratório experimental da lei.

Em artigo especial para o **Jornal do CFC**, o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul, Mário Ney Corrêa Anastácio, elogia o Certificado de Gestão Fiscal Responsável, dizendo que a LRF vai permitir que se estabeleçam controles democráticos do gasto público e da tributação. (Páginas 6,7 e 8)



O Contador Wander Luiz

LEI DAS S.A.

O professor Ynel Alves de Camargo explica a posição do CFC na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, durante audiência pública sobre o projeto que altera a Lei das S.A. (Página 5)

CONTROLE INTERNO

O auditório do Conselho Federal de Contabilidade recebeu presidentes de CRCs e vice-presidentes de Controle Interno dos Regionais para discutir a adoção de normas orçamentárias modernas e mais eficientes. (Página 3)

A profissão contábil passa por mudanças significativas em sua estrutura mundial. Essas mudanças, que atingem Contabilistas de toda a América Latina, são explicadas em detalhes pelo presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), Antonio Carlos Nasi. (Página 10)

Veja ainda:

- Resolução do CFC promove mudanças nas regras para as eleições dos Conselhos Regionais de Contabilidade. (Página 9)
- CFC cria comissão para acompanhar a implantação do Projeto de Educação a Distância. (Página 11)
- Secretário da Receita Federal defende prorrogação da CPMF até o final de 2002. (Página 11)
- Publicado o edital do segundo Exame de Suficiência de 2001. (Página 3)

CFC EDITORIAL**Desenhando um novo perfil do Contabilista**

> José Serafim Abrantes (*)

O Conselho Federal de Contabilidade está colocando em prática uma série de ações que têm como principal objetivo inserir o Contabilista no contexto social. Como disse o nosso vice-presidente de Controle Interno, Daniel Salgueiro, em seminário realizado em Brasília na primeira semana de junho, “deixamos de ser formadores de números e nos transformamos em formadores de opinião”.

Neste seminário, dirigido aos vice-presidentes de Controle Interno, mostramos a nossa grande preocupação: manualisar os procedimentos contábeis do Sistema CFC/CRCs, contemplando um plano de contas padrão, a função e o funcionamento de cada uma das contas e ainda um modelo das demonstrações contábeis a serem elaboradas de acordo com as nossas normas técnicas.

É assim que estamos trabalhando, de todos os pontos de vista. Mostramos neste número do **Jornal do CFC** um brilhante artigo do contador e presidente da AIC, Antonio Carlos Nasi, sobre as mudanças que estão ocorrendo nas principais entidades contábeis no mundo. Isto é evolução, que temos de acompanhar atentamente.

A entrevista com o contador Wander Luiz também elucida vários pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal e mostra como acertamos “a mão” ao defender e investir nesta lei, que, por sinal, já é uma das alavancas da nossa profissão.

Em Brasília, participamos de um seminário na Câmara dos Deputados sobre o projeto de lei que sugere a



criação do Balanço Social por parte das empresas. É uma das conseqüências da Responsabilidade Social, fator que será a marca registrada deste século nas relações entre trabalhadores e empresários. Neste momento os Contabilistas aumentam a consciência de sua responsabilidade social e assumem um compromisso com a sociedade brasileira.

Vale lembrar que o CFC instituiu uma comissão especial, coordenada pelo Contador Nicolau Schwez, para apoiar e orientar a elaboração dos projetos de treinamento a distância. Tenho certeza que a comissão vai nos ajudar a definir quais temas são necessários para esse tipo de curso.

Por fim, ficamos orgulhosos em informar que o Exame de Suficiência está com data marcada, como o leitor pode ler em detalhes nesta edição do **Jornal do CFC**.

* é presidente do CFC

CFC CARTAS**CERTIFICADO DE GESTÃO**

“Prezado presidente Serafim. Nem sempre é possível transmitir em palavras a admiração que os Contabilistas devem ao prezado amigo, pela excelente administração à frente do órgão máximo da Contabilidade brasileira. A participação do presidente da República em reunião promovida pelo CFC é um fato marcante e merece destaque. O Certificado de Gestão Fiscal Responsável igualmente é marcante, principalmente considerando que irá premiar as gestões públicas eficientes. Permita-me congratular-me com o senhor, presidente Serafim, e todo o colegiado do Conselho Federal de Contabilidade, pela excelente administração que engrandece todos os profissionais da Contabilidade, dando exemplo de sobriedade, dinamismo e ideal patriótico”.

Annibal de Freitas / Ex-conselheiro**REFORMA TRIBUTÁRIA**

“Parabéns pelo enfoque e pela forma com que a entrevista com o deputado Germano Rigotto (**Jornal do CFC** nº 36 abril, de 2001) demonstrou como a carga tributária é pesada e a sua aplicação é vergonhosa, não percebemos a sua destinação. Precisamos de mudanças, agilidade e

compromisso dos nossos governantes em aprovar o mais rápido possível a REFORMA TRIBUTÁRIA. Continuem assim”.

**Antônio Pereira Filho
Contador - Vitória/ES****FESTA DOS 55 ANOS**

“Meus amigos. Uma vez mais tenho que agradecer a todas as suas atenções e o carinho com o qual vocês cuidaram de tudo naquela monumental festa. Em meu nome também agradeça a todos os funcionários do CFC”.

**Antônio Lopes de Sá
Professor, contador e escritor**

“Senhor presidente, acompanhei pelos meios de comunicação o lançamento do Certificado de Gestão Fiscal Responsável, que teve a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na modesta opinião, acho que só este fato já é motivo suficiente para a Classe Contábil comemorar com muito orgulho os 55 anos de existência dos Conselhos de Contabilidade.

**Carlos Alberto Schneider
Contador - Pelotas-RS**

Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos. Os editores.

**Conselho Federal de Contabilidade – SAS - Quadra 5 - Bloco J - Ed. CFC,
Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547 – Cep 70070-920 - Brasília-DF
e-mail: comsocial@cfc.org.br**

CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC
BRASÍLIA - DF
ANO 4 - NÚMERO 39 - JULHO DE 2001

Plenário do CFC

Presidente
José Serafim Abrantes

Vice-presidente de Administração
Delza Teixeira Lema

Vice-presidente Operacional
José Martônio Alves Coelho

Vice-presidente de Controle Interno
Daniel Salgueiro da Silva

Vice-presidente de Registro e Fiscalização
Alcedino Gomes Barbosa

Vice-presidente Técnico
Olívio Koliver

Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa
Contador Antonio Carlos Morais da Silva
Contador Daniel Salgueiro da Silva
Contadora Delza Teixeira Lema
Contador Dorgival Benjoio da Silva
Contador José Martônio Alves Coelho
Contador José Serafim Abrantes
Contador Olívio Koliver
Contador Raimundo Neto de Carvalho
Contador Washington Maia Fernandes
Téc. Cont. Gil Nazareno Losso
Téc. Cont. Marta Maria Ferreira Arakaki
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura

Conselheiros Suplentes

Contador Edilton José da Rocha
Contador Francisco de Assis Azevedo Guerra
Contador Gastão Brock
Contador João Batista Lobato
Contador Jomar da Silva Marques
Contador José Antonio de Godoy
Contador Liduino Cunha
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus
Contador Solindo Medeiros e Silva
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes
Téc. Cont. Gaitano Laertes P. Antonaccio
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho
Téc. Cont. Luilson Gomes da Silva
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
Endereço eletrônico: www.cfc.org.br
e-mail: cfc@cfc.org.br

JORNAL DO CFC

SUPERVISÃO EDITORIAL: AP Video Comunicação Ltda.
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marccio W. Varella -
MTb 108/2/20
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design
e-mail: comsocial@cfc.org.br
Brasília-DF
Ano 4 - Número 39
Julho de 2001
Tiragem: 66.000 exemplares

CFC CONTROLE INTERNO**Seminário propõe normas orçamentárias e contábeis modernas**

Realizado em Brasília nos dias 7 e 8 de junho deste ano, o Seminário de Controle Interno do Sistema CFC/CRCs apresentou aos presidentes de CRCs, vice-presidentes de Controle Interno e coordenadores de Câmaras de Contas um trabalho sobre as normas orçamentárias e contábeis para o Sistema CFC/CRCs. O trabalho foi elaborado pela vice-presidência de Controle Interno do CFC.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, destacou aos mais de 40 participantes do seminário que “a hora é de modernizar a prestação de contas, mostrar as aplicações de nossos recursos de maneira científica e ágil, sempre de acordo com as normas do Tribunal de Contas da União (TCU)”.

FIRMEZA DE PROPÓSITO - O vice-presidente de Controle Interno, Daniel Salgueiro da Silva, fez a palestra de abertura do encontro, dizendo que “cada vez mais se torna necessária a participação efetiva desses profissionais, não apenas no sentido de cancelar as ações sobre a aplicação dos recursos dos CRCs, mas principalmente no sentido de prestar conselhos para o CFC”.

Segundo Daniel Salgueiro, devemos criar uma nova formatação de controles internos para os conselhos de fiscalização de ordem profissional, “não apenas para os CRCs, mas para todas as entidades, inclusive as do terceiro setor, que somos nós. Nós não somos entidade privada e nem governamental, por isto estamos no terceiro setor, que é onde está ocorrendo uma grande avalanche em nível de negócios corporativos neste século. Para fazermos parte deste grande negócio temos de ousar.

A partir do momento em que criamos uma nova formatação, estávamos amparados pela Lei 9.649. Assumimos a responsabilidade de iniciar uma nova formatação sob a égide de um instrumento legal que estava em vigor. Mas, para nossa infelicidade, em função de uma ação direta de inconstitucionalidade movida por partidos políticos teve sua eficácia sobrestada pelo Supremo Tribunal Federal”.

“O normal – continuou Daniel – seria que recuássemos, ficando acomodados, mas como resolvemos continuar provocamos uma polêmica. Mas somos daqueles que acham que não se deve acreditar em



O conselheiro Gil Nazareno Losso, membro da Câmara de Controle Interno; a coordenadora de Análise e Controle Interno, Maria das Mercês Ferreira dos Santos; e o vice-presidente de Controle Interno do CFC, Daniel Salgueiro da Silva

derrota quando se tem firmeza de propósito e nós estamos agindo, acima de tudo, com honestidade de propósito”. O vice-presidente de Controle Interno do CFC lembrou a visita feita aos técnicos e ao presidente do TCU, Humberto Souto: “Fomos elogiados pelo secretário-geral do tribunal, Carlos Altonian, pela iniciativa de propor algo novo para o sistema de prestação de contas das entidades de direito público”.

MAIS EFICÁCIA - Além da palestra do

vice-presidente de Controle Interno, os participantes do seminário ouviram ainda palestra do contador Wander Luiz, do DF.

O presidente da Câmara de Contas do CRCAL, Régis Reyner Cansanção Mota, também esteve presente ao seminário e elogiou a iniciativa do CFC em realizar este encontro. Ele disse que “é mais do que hora de o Sistema CFC/CRCs unificar as demonstrações, pois alguns balanços não estão condizentes com a realidade. Temos de ter formas de controle mais eficazes e eficientes”.

CFC EXAME DE SUFICIÊNCIA**Inscrição pode ser feita até o dia 10 de agosto nos 27 CRCs**

O edital com todas as informações sobre o segundo Exame de Suficiência de 2001 já foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de junho passado. As inscrições para o Exame foram abertas no mesmo dia da publicação do edital e podem ser feitas, nas sedes dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade do País até o próximo dia 10 de agosto.

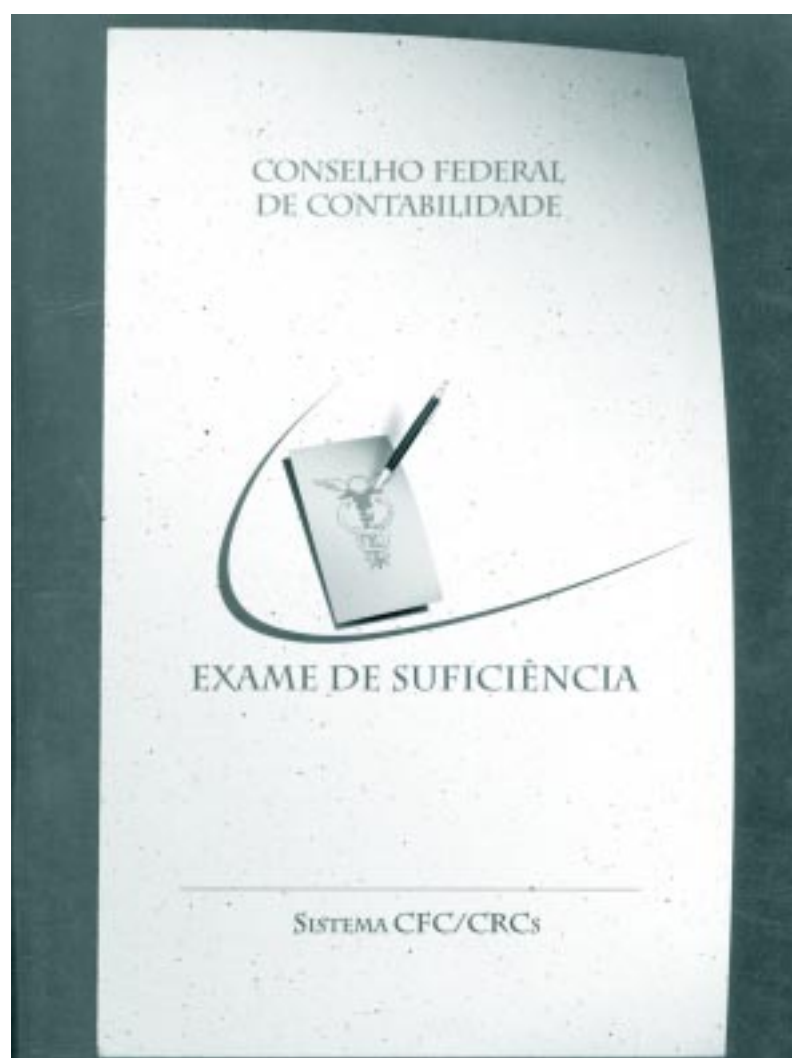
O Exame de Suficiência será realizado no dia 30 de setembro próximo, em locais a serem indicados pelos CRCs, no horário das 9h às 12h. Ao fazer a inscrição, o candidato receberá um edital completo elaborado pelo CFC. O Exame de setembro será o quarto da história do Conselho Federal de Contabilidade.

No primeiro Exame deste ano, realizado em março passado, mais de 15 mil candidatos submeteram-se ao teste – 8.603, ou 56,04%, eram formandos de Ciências Contábeis; 6.749, ou 43,90%, eram técnicos contábeis. Dos futuros Contadores que fizeram as provas, 5.991, ou 73,78%, foram

aprovados; dos técnicos, 1.902, ou 30,48%, foram aprovados nos testes.

No último Exame do ano passado, 9.166 candidatos fizeram as provas – 4.244, ou 46,30%, eram formandos em Ciências Contábeis; e 4.922, ou 53,70%, eram Técnicos em Contabilidade. Do total, foram aprovados 2.563 futuros Contadores (63,68%) e 2.275 Técnicos em Contabilidade (49,60%).

EXPERIÊNCIA – O supervisor em âmbito nacional da aplicação das provas do Exame de Suficiência, conselheiro José Martônio Alves Coelho, que também é vice-presidente Operacional do Conselho Federal de Contabilidade, diz que a tendência, num futuro bem próximo, é fazer com que o trabalho do CFC e dos CRCs, de elaboração, distribuição, aplicação e correção das provas fique cada vez mais rápido. O candidato somente será aprovado se acertar, no mínimo, 50% das questões propostas, que serão elaboradas para respostas objetivas.



CFC NOTÍCIAS CONTÁBEIS

Internet chega aos aviões

A companhia aérea Varig vai oferecer e-mail e acesso à internet na frota de novos aviões 777. A empresa começará a instalar o serviço no último trimestre deste ano. O novo serviço, fruto de uma parceria com o provedor norte-americano Tenzing Communications, vai permitir aos passageiros navegar pela rede nos céus por meio de computadores portáteis, que serão interligados ao sistema de entretenimento de vôo da Varig, por meio do MAS 3000 da Matsushita com um

servidor Tenzing.

Na semana passada, a fabricante de aviões Boeing anunciou uma aliança com três grandes companhias aéreas norte-americanas — American Airlines, United Airlines e Delta Air Lines — para oferecer acesso à internet em vôos e outros serviços de dados. No último final de semana, a alemã Lufthansa aderiu ao projeto.

A brasileira Varig transporta mais de 11 milhões de passageiros por ano.

Cadastro de ex-alunos da UERJ

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro está lançando um projeto pioneiro no campo da avaliação do ensino superior. É o projeto “UERJ sempre UERJ” – Cadastro dos Diplomados dos Cursos de Graduação. O projeto consiste no levantamento de informações, pela internet, sobre a performance dos ex-alunos dos cursos de graduação. Com as informações, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro pretende construir um banco de dados para poder acompanhar

o desempenho profissional de cada um.

Com os dados, a universidade poderá colher subsídios para aprimorar suas políticas e diretrizes educacionais.

O formulário dirigido aos ex-alunos está no endereço <http://activex.dinfo.uerj.br/deg/cadexalunos>. O acesso também pode ser feito no endereço da UERJ: www2.uerj.br/~deg/novidades.html, no link “UERJ sempre UERJ”. Mais informações pelo telefone (21) 587-7578.

Compensação em tempo real

A criação de câmaras de compensação privadas é a grande novidade do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), que entra em vigor a partir do primeiro dia útil de 2002.

As alterações no sistema vão provocar grandes alterações na rotina bancária de pessoas físicas e empresas não-financeiras. O objetivo do novo programa é possibilitar maior agilidade e transparência nas operações financeiras.

Apesar de entrar em vigor somente no próximo ano, em breve, os correntistas começarão a ser informados sobre as

mudanças pelas instituições financeiras e pelo Banco Central.

Atualmente, no Brasil, na transferência de fundos, o dinheiro só estará disponível no dia seguinte. Vale lembrar que hoje apenas as câmaras de compensação do Banco do Brasil são responsáveis por compensar e liquidar os cheques e DOCs.

Com o novo SPB, os fundos serão compensados por câmaras dos próprios bancos privados e o valor de um DOC, por exemplo, mesmo que seja para um banco diferente, estará disponível no mesmo dia.

Balanço em Curitiba

Ao fazer um balanço do atendimento dos órgãos públicos, com os quais mantêm relacionamento cotidiano, os Contabilistas de Curitiba – PR chegaram a um consenso crítico: a Superintendência da Receita Federal do Estado do Paraná, a despeito dos avanços da informatização, continua sendo a instituição que mais dificuldades impõe ao desempenho da atividade contábil.

O presidente do CRCPR, Antônio Carlos Dóro, como representante dos profissionais da Contabilidade, vai levar

sugestões à Superintendência e ao delegado do órgão, em Curitiba. Segundo ele, “muitas questões tributárias podem ser resolvidas, principalmente quando criadas pelo próprio descontrolado da administração do órgão, cujos cargos são políticos, ou ainda pela falta de conhecimento e treinamento de funcionários (em que pese a boa vontade de alguns), em detrimento do interesse das Pessoas Jurídicas e Físicas, contribuintes que sustentam o serviço público”.

Sobe juro de cheque especial

A taxa média de juros do cheque especial registrou uma pequena elevação, de 0,02 ponto percentual, entre maio e junho. Em junho a taxa foi de 8,51%, enquanto a de maio foi de 8,49%. Segundo pesquisa mensal realizada pela Fundação Procon-São Paulo, órgão da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo, em 14 instituições financeiras entre os dias 11 e 12 de junho, a maior taxa de cheque especial foi cobrada pelo Banco Bandeirantes (9,90%) e a menor pela Nossa Caixa - Nosso Banco (7,70%).

A pesquisa constatou que a única instituição que alterou a taxa do cheque especial foi a Caixa Econômica Federal,

que subiu os juros de 7,70% para 7,98%. A taxa média do empréstimo pessoal cobrada pelos bancos em junho foi de 4,62% – 0,03 ponto percentual menor que a de maio. A pesquisa do Procon constatou que as maiores taxas foram cobradas pelo Bradesco e pelo BCN (5,40%) e a menor foi cobrada pelo BBV (3,40%).

Os técnicos do Procon alertam que o mercado financeiro está suscetível a mudanças, devido ao cenário instável da economia. O consumidor deve evitar utilizar esta modalidade de crédito, pois os bancos poderão promover novos aumentos nas taxas de juros.

FMI critica CPMF

Economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) acabam de divulgar um estudo em que defendem que tributos como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) mantidos por muito tempo podem colocar em risco a saúde financeira dos países que os adotam.

De acordo com o documento, a manutenção desse tipo de imposto acaba onerando, devido ao efeito

“cascata”, todas as atividades econômicas locais. Por isso, segundo o FMI, os impactos podem tornar-se irreversíveis ao longo dos anos.

Ainda segundo o estudo, os efeitos da manutenção desse tributo são mais perversos quando a economia está em recessão. Além de o tributo não ser transparente, o verdadeiro custo da sua manutenção sobre a economia acaba sendo subestimado.

CFC CALENDÁRIO CONTÁBIL

Brasília – DF - Nos dias 18 e 19 de julho, na sede do CFC, serão realizadas as Reuniões das Câmaras; e nos dias 19 e 20, as Reuniões Plenárias.

Rio de Janeiro – RJ - Nos dias 16 e 17 de julho, o CRCRJ, com apoio do CFC, realiza o II Fórum Nacional dos Professores do Ensino Contábil. O tema do encontro vai ser o “Ensino da Contabilidade face à uma nova realidade de mercado”.

Niterói – RJ - Entre os dias 24 e 26 de julho, CFC e CRCRJ realizam o XV Encontro Nacional de Entidades de

Ciências Contábeis. O tema central será a Harmonização das Normas Contábeis Internacionais. O encontro é realizado também pela Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis (Fenecic) e Diretório Acadêmico de Contabilidade da Universidade Federal Fluminense (DAFON-UFF).

Recife – PE - Entre os dias 15 e 17 de agosto, no Centro de Convenções de Pernambuco, será realizado o V Seminário Latino de Cultura Contábil (V Prolatino), promovido pelo CRCPE e apoiado pelo CFC, com a presença de Contabilistas brasileiros e

estrangeiros. As palestras serão feitas pelos professores César Abicalaffe (PR), Valério Nepomuceno (MG), César Kroetz (RS), Giuseppe Galassi (Itália), Olivio Koliver (RS), José Antonio Lainez Gadea (Espanha), Mário Vogel (Argentina) e Antônio Lopes de Sá (SP).

Gramado – RS - Entre 22 e 24 de agosto, o CRCRS realiza a VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. O local escolhido para o encontro é o Centro de Eventos da ExpoGramado. O tema geral do evento será “Profissão Contábil: O Futuro Hoje”. Inscrições podem ser feitas pela internet

(www.crcrs.org.br), e-mail ([cursos@crcrs.org.br](mailto: cursos@crcrs.org.br)) ou telefone (51-228-7999). A Convenção tem o apoio do Conselho Federal de Contabilidade.

São Paulo – SP - Entre os dias 26 e 28 de setembro, no Palácio das Convenções do Anhembi, o CRCSP realiza a 17ª Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo. O tema do encontro será “contabilidade.com...ética e prestação de contas”. O leitor pode obter a programação completa da Convenção pelo tel. (11) 6096-5311.

CFC LEI DAS S.A.

CFC participa de audiência pública no Senado Federal

Audiência pública realizada no dia 19 de junho pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal ouviu os representantes das entidades que deverão compor o Comitê de Padrões Contábeis, criado pelo Projeto de Lei 23/2001, aprovado pela Câmara dos Deputados. O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, convidado a dar um depoimento pelo presidente da Comissão, senador Bernardo Cabral, foi representado pelo professor Ynel Alves de Camargo, ex-presidente e atual coordenador dos Grupos de Trabalho do CFC. O presidente Serafim, no dia da audiência, estava reunido com a diretoria da CVM no Rio de Janeiro.

O projeto alterou dispositivos da Lei das S/A e criou o Comitê de Padrões Contábeis, do qual o CFC fará parte. No Senado, o projeto teve sua tramitação iniciada no final do mês de maio/2001.

ELOGIOS - O professor Ynel Alves de Camargo, em seu depoimento aos senadores da Comissão de Constituição e Justiça, prestou informações e esclarecimentos sobre o trabalho do

Sistema CFC/CRCs. Disse o professor que os Conselhos de Contabilidade entendem a necessidade de se mudar e atualizar a atual Lei das Sociedades por Ações e a lei que cria a Comissão de Valores Mobiliários, ambas promulgadas em 1976.

O professor Ynel fez um elogio à decisão dos deputados de incluir o CFC no Comitê de Padrões Contábeis e de dar aos Conselhos de Contabilidade o poder legal de fiscalizar empresas de auditoria abertas ou fechadas e os auditores contábeis, compartilhando essa obrigação e esse direito com a Comissão de Valores Mobiliários e com o Banco Central.

SEM ÔNUS PARA O ESTADO - Sobre o Comitê de Padrões Contábeis, Ynel Alves de Camargo ressaltou a necessidade de os senadores tomarem conhecimento do trabalho que o CFC realiza há 25 anos sem ônus para o Estado: "O Sistema CFC/CRCs tem por lei a obrigação de fiscalizar a aplicação e o cumprimento corretos das Normas Brasileiras de Contabilidade em todos os setores do país, públicos e privados", disse o professor.

Ele afirmou ainda que será necessário



Da esquerda para a direita, o professor Ynel Alves de Camargo, Nelson Laks Eizirik, diretor da CVM; e o senador Bernardo Cabral, presidente da Comissão

que o Comitê de Padrões Contábeis, além do CFC, seja integrado essencialmente por profissionais especializados em Contabilidade, ou seja, que todos os membros do Comitê sejam contadores. Por fim, o professor Ynel lembrou que o Sistema CFC/CRCs é o órgão regulador e fiscalizador da profissão contábil, o único

que reúne 100% dos Contabilistas habilitados, abrangendo, portanto, todas as áreas da Contabilidade. O projeto de lei que altera dispositivos da Lei das S/A deve ser votado no plenário do Senado até o final do próximo semestre. Se for modificado, volta para ser reexaminado pela Câmara dos Deputados.

CFC CRISE DE ENERGIA

PIB de 2001 pode cair 3 pontos com redução de consumo

O racionamento de energia deverá custar R\$ 30 bilhões para o País. Esta é a renda que deixará de circular este ano devido à redução do consumo de energia elétrica pelas indústrias, comércio, residências e área rural. O cálculo foi feito por professores e técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A previsão mais otimista deste estudo mostra que o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma dos bens e serviços produzidos no país, deverá crescer apenas 1,5%. Estimativas do próprio governo feitas antes da crise mostravam um crescimento do PIB de 4,5%. O Índice de Preços ao Consumidor, o IPC, calculado pelo IBGE, deverá ficar este ano em torno de 5,3%.

No início de junho, o governo previa reajuste de 10% para o preço do litro de gasolina em julho, além de um reajuste de 18,8% para o pãozinho francês, este no final de junho. Na segunda semana de junho, as passagens aéreas tiveram reajuste médio de 22%. A tarifa de energia também está para ser reajustada, na média de 12%. A Agência Nacional de Energia Elétrica, no final de maio, autorizou a

Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) a reajustar suas tarifas em 12%.

TABELA – Uma nova tabela de sobretaxas de energia, mais "palatável" na visão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, foi divulgada no início de junho. Quem gasta até 100 kw/h, não paga sobretaxa e nem tem corte de luz – e ainda pode receber um bônus se conseguir economizar. Quem gasta entre 101 kw/h e 200 kw/h, é obrigado a economizar 20% – se não conseguir, na segunda vez consecutiva, terá a energia cortada.

Quem gasta entre 201 kw/h e 500 kw/h, terá de economizar 20% e, se não conseguir, pagará 50% de sobretaxa sobre o total da conta; também poderá ter a luz cortada. E quem gasta acima de 500 kw/h, ou economiza 20% mesmo ou terá de pagar sobretaxa de 200% sobre a conta – e ainda terá a luz cortada.

Para o leitor do **Jornal do CFC** poder se organizar melhor na hora de poupar energia, publicamos uma tabela com o consumo detalhado dos eletrodomésticos mais comuns utilizados no País:

Aparelho	Potência média (watts)	Dias de uso no mês	Tempo médio de uso por mês	Consumo médio Mensal (kWh)
Aparelho de som	20	30	4 horas	2,4
Az condicionado	3.500	30	8 horas	360
Aspirador de pó	1.000	30	20 minutos	10
Boiler Elétrico	1.500	30	2 horas	9
Bomba D'água	300	30	30 minutos	4,5
Cafeteira Elétrica	1.000	30	1 hora	30
Chaveiro Elétrico	3.500	30	40 minutos	70
Ferro Elétrico	1.000	12	1 hora	12
Freezer	400	30	10 horas	120
microondas	1.300	30	20 minutos	13
Geladeira (1 porta)	200	30	10 horas	60
Geladeira (2 portas)	300	30	10 horas	90
Lavadora de Louças	1.500	30	40 minutos	30
Lavadora de Roupas	1.500	12	30 minutos	9
Secadora de Roupas	3.500	12	1 hora	42
Torneira Elétrica	3.500	30	30 minutos	52,5
Ventilador	100	30	8 horas	24
Lâmpadas	100	30	5 horas	15
TV a cores (20 pol.)	90	30	5 horas	13,5
TV a cores (14 pol.)	60	30	5 horas	9
Torradeira	800	30	10 minutos	4

Com a LRF, Contabilista vai mostrar como pode ser útil na tomada de decisões

“O Certificado é uma prova inquestionável de civismo e comprometimento com a cidadania”.

O contador e professor universitário Wander Luiz já foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal. Hoje, ele é o coordenador de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, professor das cadeiras de História e Análise de Balanço e Contabilidade Governamental do Curso de Ciências Contábeis da AEUDF e ainda professor do MBA da área de Contabilidade da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília. É também um dos grandes colaboradores do Conselho Federal de Contabilidade, membro do Grupo de Estudos, Trabalho e Normas e da Comissão de Elaboração de Provas do Exame de Suficiência.

Wander Luiz assessorou o CFC em todas as ações do Projeto de Apoio ao Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, desenvolvido pelo CFC em parceria com os CRCs. Participou, juntamente com o contador Daniel Salgueiro da Silva, da comissão que elaborou o Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal – Guia LRFfácil. É um dos principais instrutores, juntamente com a dra. Celene Perez, assessora técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dos treinamentos destinados a formar agentes multiplicadores da LRF. As aulas de Wander Luiz foram e são fundamentais para a perfeita compreensão da LRF.

Convidado a dar esta entrevista ao jornal do CFC sobre o Certificado de Gestão Fiscal Responsável, lançado pelo Conselho Federal de Contabilidade para todo o País em maio passado, Wander Luiz afirmou que o mérito a ser reconhecido na avaliação das gestões públicas será aquele resultante dos esforços de cada prefeito ou governador para melhorar os sistemas de cobrança, arrecadação e fiscalização e ainda de elevação do nível de atividade econômica da região. “A colaboração do profissional de Contabilidade não se cinge apenas à elaboração de peças orçamentárias e contábeis; o que sobressai desse convívio, é a excelente oportunidade de o prefeito poder contar, continuamente, com a orientação técnica de um profissional muito útil à tomada de decisões”, afirmou.



Jornal do CFC – Qual a motivação que o CFC espera encontrar para que este Certificado venha a fazer parte do interesse das administrações municipais do País e também dos governos estaduais?

WL - A motivação do gestor público. O Certificado vem, na medida certa, reconhecer o esforço desenvolvido no sentido de realizar uma gestão responsável, premiando os dirigentes e governantes que melhor e mais rapidamente adequem-se aos parâmetros e condições estabelecidas. Muitos poderão perguntar: Não é obrigação cumprir a lei? Por que então premiar? As respostas nos revelam que a premiação promove a criatividade, incentiva o enfrentamento de novos desafios, destaca o bom exemplo como padrão a ser seguido pelos demais e faz

a diferença entre os gestores. Nesse sentido, o Certificado contribui, também, para a fixação da lei.

Jornal do CFC – O que pode representar este Certificado para um gestor público?

WL - Ser premiado pelo reconhecimento de um trabalho bem realizado aumenta a estima própria, desperta o senso de responsabilidade, eleva o orgulho pessoal e o interesse pela causa pública e fomenta a busca permanente de bons resultados. Entender que a premiação procede de uma entidade bem estruturada, não-governamental, mas que tem o respaldo do governo federal na execução de um programa desse quilate, é extremamente gratificante. Na essência, o Certificado representa para

um prefeito um atestado de competência e de qualidade da sua gestão. Isso, em termos de avaliação por parte da sociedade, principalmente dos contribuintes, é muito importante. Creio, particularmente, que a cobiça pelo prêmio conferido pelo CFC será grande.

Jornal do CFC – Quais serão os critérios utilizados para a avaliação do trabalho dos gestores e a conseqüente premiação?

WL - Cabe esclarecer, de início, que a participação no Programa, onde estão estabelecidas as premissas básicas, será formalizada por meio da celebração de um Termo de Adesão, sendo, por isso, voluntário. Por outro lado, nenhuma ação adicional, em termos de geração de informações, será exigida além do que já está previsto na lei e já vem sendo feito. Em complemento, é fundamental registrar que as atividades a serem desenvolvidas para a consolidação dos dados e apuração dos indicadores dar-se-á, estritamente, de acordo com a finalidade do programa, sem envolvimento com ações de controle, auditoria ou denúncia de eventuais irregularidades. A base de avaliação terá como referência os indicadores da lei, especialmente no que tange às Despesas com Pessoal e ao Endividamento. A mensuração levará em conta os desempenhos qualitativo e evolutivo. O primeiro, na identificação da capacidade de adequação aos limites referenciais, em que os 10 primeiros colocados receberão o Certificado de Gestão Responsável e ainda Menções Honrosas. O outro, na verificação do comportamento ao longo da gestão, do esforço em melhorar os percentuais, de maneira a traçar uma trajetória positiva, em que os cinco primeiros colocados quanto ao limite obtido pela relação Despesa de Pessoal/Receita Corrente Líquida e os 5 primeiros no índice Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida receberão Menções Honrosas (Rumo à Responsabilidade Fiscal). Os gestores que tiverem suas contas aprovadas pelos órgãos de controle interno e externo se habilitam a receber uma bonificação em termos de pontos classificatórios. Por outro lado, a administração das receitas também será avaliada, cabendo a outorga de Menções Honrosas aos 10 primeiros no indicador de crescimento da Receita Tributária e aos 10 melhores no indicador de crescimento percentual do Valor Adicionado

“A participação no Programa de Certificação é voluntária”

(Quota-parte do ICMS) – Campeões de Arrecadação – totalizando 50 premiações ao ano. Vale ressaltar que o crescimento das receitas não será considerado pelo simples aumento de alíquotas, criação de novos impostos ou da expansão da base de cálculo. O mérito a ser reconhecido na avaliação é aquele resultante dos esforços de gestão interna para melhorar os sistemas de cobrança, arrecadação e fiscalização e ainda de elevação do nível de atividade econômica da região.

Jornal do CFC – Como é que os prefeitos de municípios pequenos, com estrutura organizacional reduzida, poderão fazer para aplicar a lei e, se quiserem, concorrer ao Certificado?

WL - Os critérios, para efeito de classificação ordinal, seguem as mesmas regras estabelecidas na lei para as prefeituras com população inferior ou superior a 50.000 habitantes. Quanto às prefeituras menores, que carecem de uma estrutura mais adequada para atender à lei, a grande solução para o prefeito é organizar serviços competentes de Contabilidade que, certamente, poderão atendê-lo nas suas demandas relacionadas com a elaboração e execução dos orçamentos, das finanças e do patrimônio. Em decorrência da execução contábil, os profissionais de Contabilidade serão os grandes agentes na produção dos relatórios previstos na lei. Então, o apoio de uma base contábil é imprescindível para que um dirigente ou governante possa reunir as condições para realizar uma boa gestão. Nesse enfoque, a colaboração do profissional de Contabilidade não se cinge apenas à elaboração de peças orçamentárias e contábeis; o que sobressai desse

convívio é a excelente oportunidade de o prefeito poder contar, continuamente, com a orientação técnica de um profissional muito útil à tomada de decisões.

Jornal do CFC – Como tem sido a divulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que a LRF veio para modificar uma cultura adquirida ao longo de pelo menos um século, e que ainda permanece arcaica e deficiente?

WL - Divulgação nunca é demais. De uma forma geral, tem havido movimentação importante para divulgação da lei em nosso País. São instituições governamentais de todos os poderes e níveis, são instituições de ensino, confederações, associações e organizações corporativas e de representação da sociedade, são entidades não-governamentais. Enfim, a mobilização existe. Veja o trabalho desenvolvido pelo CFC desde a publicação da Lei e até antes da promulgação. Com recursos próprios, o Conselho, agindo em conjunto com entidades respeitadas, adquiriu o reconhecimento das autoridades e a admiração da sociedade pelos esforços desenvolvidos no sentido de democratizar o conhecimento e a aplicação da lei, promovendo seminários, publicando material sobre o assunto e capacitando profissionais da área contábil para multiplicar o entendimento da lei em nosso País. Essa é uma prova inquestionável de civismo e de comprometimento com a cidadania.

Jornal do CFC – Vai ser difícil modificar esta cultura?

WL - As dificuldades não são poucas.

A mudança de cultura, em um primeiro patamar, está na conscientização de todos os agentes envolvidos no processo de que é indispensável obter índices adequados de gestão. Eficácia, eficiência, efetividade, economicidade, equilíbrio orçamentário, maior produtividade, participação, planejamento, transparência, controle e responsabilidade na gestão fiscal representam, a partir da lei, palavras de ordem a serem observadas pelos gestores e cobradas pelos cidadãos. A responsabilização exemplar, na forma da lei, por desvios cometidos na aplicação dos recursos públicos é outro fator que contribui para a mudança de cultura, ou seja, a percepção pela sociedade da eliminação da impunidade.

Jornal do CFC – Que estrutura o gestor público deve ter para aplicar bem a LRF?

WL - Certamente ele terá que contar com uma estrutura técnica eficiente, na

a ter raízes mais fortes quanto maior for o seu nível de credibilidade, das evidências e conseqüências de sua aplicação.

Jornal do CFC – O que representou, para a Classe Contábil, o lançamento do Certificado, em maio passado, com a presença do presidente da República e de todos os ministros e autoridades da área econômica?

WL - Esse evento representou um marco na história do Sistema CFC/CRC e no da nossa profissão no Brasil. A sociedade, os dirigentes e os governantes puderam entender a importância da instituição e da profissão contábil para o segmento econômico-social, assimilando que o perímetro de atuação do Contabilista ultrapassa as fronteiras demarcadas pela sua mesa de trabalho e atinge horizontes de grande alcance social. Puderam também perceber que os propósitos do Sistema CFC/CRCs estão bem acima de quaisquer

“O que precisa ser feito é aplicar os dispositivos da LRF”

qual ele possa confiar, onde a qualidade deve prevalecer sobre a quantidade. Nesse particular, a presença de Contabilista preparado para tal e a existência de um sistema de controle interno são requisitos fundamentais para o apoio.

Jornal do CFC – A LRF atende aos objetivos do governo federal, de dar maior transparência às contas públicas e de acabar com a corrupção?

WL - Creio que, no conjunto, a legislação existente já atende aos objetivos. O que precisa ser feito, com maior intensidade, é aplicar os seus dispositivos e divulgar os seus efeitos nos diversos segmentos, notadamente à sociedade. Uma lei passa

interesses corporativistas e que o Contabilista, atualmente, é um profissional submetido a sérios processos de qualificação, tais como prova de conhecimentos em Exame de Suficiência e Programas de Educação Continuada, além de ter o apoio institucional para participar de cursos de pós-graduação, tudo isso de forma a elevar a capacidade que o credencia a realizar um serviço de qualidade para a sociedade, que é o seu principal cliente. Daqui para a frente, os profissionais têm que procurar, no mínimo, manter as vitórias conquistadas e lutar para que novos progressos sejam materializados. Estamos todos de parabéns.



O ministro Martus Tavares, o presidente FHC e o presidente do CFC, José Serafim Abrantes

CFC REPERCUSSÃO POSITIVA

O CFC tem recebido, de todos os quadrantes do País, os parabéns pelo sucesso alcançado com o lançamento do Certificado de Gestão Fiscal Responsável, no último dia 15 de maio, no auditório do Itamaraty. As presenças do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, do ministro Martus Tavares (na foto, ao lado do presidente do CFC, José Serafim Abrantes), do ministro Pedro Malan, da Fazenda, e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, tiveram uma repercussão bastante positiva perante a Classe Contabilista. Foi a primeira vez que um presidente da República compareceu a um ato capitaneado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Uma das homenagens recebidas pelo CFC pelo lançamento do Certificado veio do presidente da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, João Bacci, que parabenizou o presidente Serafim “por mais esta conquista em benefício da valorização da Classe Contábil”.

Prefeitura paraense quer orientação do CFC para aplicar a Lei

Os administradores municipais brasileiros já começam a pedir orientação ao Conselho Federal de Contabilidade para adequar as contas, demonstrações e orçamentos de suas prefeituras à Lei de Responsabilidade Fiscal. O Certificado de Gestão Fiscal Responsável, elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade com apoio do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, está se constituindo na principal motivação dessas administrações para a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

EXPERIÊNCIA - Um exemplo desta motivação é a Prefeitura de Abel Figueiredo, no Estado do Pará. A cidade tem população de 6,5 mil habitantes, área de 623 quilômetros quadrados, foi

emancipada há 10 anos e está localizada a uma distância de 620 km da capital, Belém.

Por meio do chefe de gabinete da Prefeitura, Joseilson Costa de Meireles, o prefeito Dativo Araújo de Almeida propôs que o Conselho Federal de Contabilidade e o Instituto Ethos fizessem um trabalho de orientação, acompanhamento e assessoria às contas de Abel Figueiredo. “Nossa prefeitura poderá servir de laboratório de experimentação para o Conselho Federal de Contabilidade e o Instituto Ethos nesse sentido”, disse Joseilson.

O CFC repassou a proposta recebida da Prefeitura para o Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará, que deverá fazer o trabalho de orientação à Prefeitura de Abel Figueiredo.

CRITÉRIOS - Uma publicação do Conselho Federal de Contabilidade contendo os critérios do Programa de Incentivo à Gestão Fiscal responsável já foi distribuído pelo Conselho Federal de Contabilidade a todas as prefeituras brasileiras.

A publicação, com 46 páginas de tamanho tablóide, explica em detalhes como os gestores públicos deverão trabalhar para receber o Certificado de Gestão Fiscal Responsável. Para isto, o gestor deverá fundamentar sua participação neste Programa em algumas premissas básicas, baseadas na participação voluntária, a facilidade na coleta de dados, os indicadores referenciais, a periodicidade dos processos e a simplicidade dos processos.



Presidente do CRCMS acredita na mudança cultural do País

> Mário Ney Corrêa (*)

O contador Mário Ney Corrêa Anastácio, presidente do CRCMS, escreveu o seguinte artigo sobre o lançamento do Certificado de Gestão Fiscal Responsável pelo CFC.

“O Conselho Federal de Contabilidade e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social formam uma parceria que busca, por meio de suas ações, demonstrar à sociedade que nem tudo está perdido, pois são atitudes como estas que podem fazer a diferença num cenário onde a descrença ao combate à corrupção já toma conta do povo brasileiro.

No dia 15 de maio de 2001, no auditório do Palácio do Itamaraty, assistimos a um momento histórico para a comunidade dos profissionais da Contabilidade brasileira. Segundo dados históricos, esta foi a primeira vez que um presidente do Conselho Federal de Contabilidade compôs a mesa ao lado da mais alta autoridade da nação. E isso é algo que não se pode deixar de mencionar, pois demonstra-se que os profissionais da Contabilidade voltaram a ocupar o espaço que lhes é devido. Durante muitos anos estivemos no anonimato, mas graças às ações das pessoas lideradas pelo contador José Serafim Abrantes passamos a ser reconhecidos e ao mesmo tempo valorizados.

O lançamento do Certificado de Gestão Fiscal Responsável consolida as ações do CFC e do Instituto Ethos, que a partir de agora têm a oportunidade de avaliar as contas daqueles gestores públicos que se dispuserem a concorrer



Contador Mário Ney Corrêa Anastácio, Presidente do CRCMS

à certificação. O debate sobre a LRF e a mudança cultural no País foram muito importantes para refletirmos, pois, em se tratando de quebra de paradigmas, não podemos imaginar que isso ocorra de uma hora para outra. Toda mudança encontra suas dificuldades. A prova disso foi o depoimento do ex-ministro Maílson da Nobrega, considerado por alguns como ingênuo por acreditar que era possível implantar uma nova cultura na gestão pública. E, após um ano de existência da LRF, percebe-se que a sociedade já começa a ter consciência de que a lei veio para ficar e que todos devemos estar atentos para cobrar a sua aplicação.

O jornalista Luiz Nassif foi um dos debatedores do painel promovido durante o lançamento do Certificado de Gestão e fez, em seus comentários, uma afirmação que merece destaque, pois poderemos assistir alguns gestores públicos fazendo cortes indiscriminados que poderiam causar prejuízos a sociedade para justificar o cumprimento da LRF. “Ter superávit financeiro não significa ser um bom gestor... Saber gastar e de forma racional, com planejamento estratégico, é que poderia

atestar a gestão qualitativa.” – disse Nassif.

O contador Antoninho Marmo Trevisan foi também um dos debatedores, e em suas palavras iniciais enalteceu as ações do ministro do Planejamento Orçamento e Gestão, Martus Tavares, pela postura firme com que vem conduzindo a implementação da LRF, apesar da resistência de prefeitos que assumiram seus mandatos no início deste ano. Disse Trevisan que o CFC deveria mandar esculpir uma estátua do ministro Martus para que ficasse registrada a sua importância histórica, comparada à do frei Luca Pacioli, que no século XV ficou consagrado pela

publicação da obra que marcou a teoria das “Partidas Dobradas”.

Mudança cultural é um processo que devemos estar engajados, contadores e técnicos em Contabilidade que atuam nos mais diversos setores da sociedade. Já temos motivos para comemorar esse um ano de existência da LRF pois, de fato, ela é uma promessa de ganho de qualidade na gestão pública no Brasil. É de imaginar que, se o espírito da legislação for cumprido, ficará ultrapassado o tempo em que eleição era uma espécie de salvo-conduto para o governante alocar recursos e contrair dívidas.

A LRF permite que se estabeleçam controles democráticos do gasto público e da tributação. E nós, contadores, não podemos nos furtar ao nosso papel nesse contexto. Devemos dar toda a assessoria possível aos prefeitos, para que estes não sejam depois tomados de surpresa. Cabe aos profissionais da área contábil esse trabalho de conscientização dos gestores públicos para a importância dos controles e sua transparência.

Parabéns ao presidente José Serafim Abrantes, a Classe Contábil brasileira tem orgulho de ser representada por pessoas que, com muita coragem e persistência, coloca a categoria em destaque na busca da gestão pública com qualidade. Restamos, agora, demonstrar a importância da Contabilidade como fator de proteção da sociedade”.

* contador Mário Ney Corrêa Anastácio, presidente do CRCMS,

Candidatos terão 10 dias para fazer o registro das chapas

No dia 8 de novembro deste ano serão realizadas eleições para renovação de dois terços (2/3) da composição plenária dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade. O edital de convocação das eleições será publicado no próximo mês de agosto. A partir do dia da publicação, os candidatos às eleições terão 10 dias para fazer o registro das chapas.

A edição do Manual de Eleição dos CRCs já foi concluída pelo CFC, o Manual das Eleições, e será distribuída aos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade.

ALTERAÇÕES - A Resolução CFC nº 901/01 fez algumas alterações na Resolução 833/99, que dispõe sobre

apenas uma chapa, poderá ser adotado, unicamente, o procedimento do voto por correspondência, instalando-se mesas eleitorais receptoras na sede do Regional;

5 - Não haverá necessidade de remessa de cópia do processo eleitoral ao Conselho Federal de Contabilidade.

Para ciência de todos os que vão participar do processo eleitoral de 8 de novembro, o CFC lembra:

1 - O contabilista poderá votar mediante apresentação da carteira de identidade de contabilista ou de outro documento que o identifique;

2 - A justificativa (de ausência da votação), exceto no caso do inciso IV da Reso-lução 901, que é automática, deverá ser apresentada,

acompanhada da respectiva comprovação, ao CRC, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da eleição;

3 - É elegível o Contabilista que, além de atender às exigências constantes do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, satisfizer os seguintes requisitos: estiver desde 3 (três) anos antes da data da eleição no exercício efetivo da profissão, com Registro Definitivo Originário ou Registro Definitivo

Transferido na jurisdição do CRC na qual será candidato;

4 - O atendimento dos requisitos e exigências poderá ser feito mediante declaração do candidato, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei;

5 - A inclusão ou omissão de dados de forma fraudulenta, na declaração a ser prestada a Conselho Regional de Contabilidade para inscrição no pleito, ensejará a instauração de processo disciplinar e ético, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista na legislação da profissão contábil ou na

declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CFC/CRCs, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

6 - O pedido de registro das chapas será efetuado até 60 (sessenta) dias antes da data do pleito, mediante requerimento, assinado por um dos integrantes da chapa, que será o responsável, dirigido ao Presidente do respectivo Conselho, instruído com os seguintes documentos: declaração dos integrantes da chapa, concordando com sua inclusão nesta; a prova de exercício profissional de que trata o item III do art. 530 da CLT;

7 - Quando a quantidade de candidatos inviabilizar a inserção de todos os nomes na cédula poderão constar dela apenas os números das chapas e o nome dos seus respectivos responsáveis;

8 - Cada Mesa Eleitoral, com funções receptora e escrutinadora de votos, será constituída por um Presidente e dois mesários-escrutinadores, e dois suplentes;

10 - Não poderão integrar a Mesa Eleitoral os candidatos, seus parentes, consangüíneos e afins, até o 2º grau, os respectivos cônjuges, bem como os conselheiros, os delegados e os empregados do CRC;

11 - No caso da Mesa Eleitoral instalada em Delegacia, as instruções serão prestadas por intermédio do respectivo Delegado."

12 - Ao ingressar no recinto da Mesa, o eleitor apresentará a sua Carteira de Identidade de Contabilista ou outro documento de identificação, assinará a lista de votantes, sendo encaminhado em seguida à cabina indevassável; o Presidente da Mesa fará a entrega do comprovante de votação juntamente com o documento de identificação apresentado pelo eleitor; encerradas a votação e a apuração, a Mesa lavrará a ata da eleição, que será assinada por seus membros e pelos presentes que o desejarem; cada Mesa Eleitoral terá apenas uma cabina;

13 - O Sistema Eletrônico de Votação será utilizado nas Mesas Eleitorais instituídas pelo Conselho Regional de Contabilidade;

14 - A votação eletrônica será feita no número da chapa concorrente ao pleito, identificada pelo respectivo responsável, devendo ser afixadas na cabina de votação e no recinto da Mesa Eleitoral as chapas completas;

15 - Na hipótese de defeito da urna eletrônica e, sendo possível, o Presidente da Mesa Eleitoral solicitará

sua troca por outra à equipe designada pelo Presidente do CRC, que abrirá a urna eletrônica com defeito, retirará os discos e os colocará na nova máquina, facultada aos responsáveis pelas chapas concorrentes e aos fiscais designados para a Mesa Eleitoral ampla fiscalização;

16 - Na hipótese de a urna eletrônica não emitir o boletim de urna, por qualquer motivo, ou sendo imprecisa ou ilegível a impressão, o Presidente da Mesa Eleitoral tomará imediatamente as seguintes providências: registrará o fato na ata de eleição; desligará a chave da urna eletrônica, desconectando-a da fonte de energia; comunicará o fato ao Presidente do CRC, objetivando a adoção das providências necessárias à apuração;

O ARTIGO 530 DA CLT

Segundo o artigo 530 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não poderão ser eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos, os que não tiverem definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargos de administração; os que houverem lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical; os que não estiverem, desde dois (2) anos antes, pelo menos, no exercício efetivo da atividade ou da profissão dentro da base territorial do sindicato, ou no desempenho de representação econômica ou profissional; os que tiverem sido condenados por crime doloso enquanto persistirem os efeitos da pena; os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos; os que, pública e ostensivamente, por atos ou palavras, defendam os princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado, ou de associação ou entidade de qualquer natureza cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional e cujo registro haja sido cancelado ou que tenha tido seu funcionamento suspenso por autoridade competente; má conduta, devidamente comprovada; os que tenham sido destituídos de cargo administrativo ou de representação sindical.



as eleições diretas para os CRCs. As principais alterações foram as seguintes:

1 - O portador de Registro Provisório é obrigado a votar, mas não poderá ser candidato;

2 - Será facultativo o voto do Contabilista com idade igual ou superior aos 70 (setenta) anos;

3 - Na cédula, constarão apenas os números das chapas e o nome dos seus respectivos responsáveis quando a quantidade de candidatos não comportar a discriminação de todos;

4 - No caso de ser registrada

As alterações na estrutura da profissão contábil mundial

> Antonio Carlos Nasi (*)

A profissão contábil está passando por significativas mudanças em sua estrutura mundial, alterações que ainda não são conhecidas pela grande massa dos profissionais. Essas modificações tiveram início em 1999 e se consolidaram no ano de 2000; por isso, foram pouco divulgadas. Atualmente, a representação da profissão contábil brasileira nas entidades ou fóruns contábeis mundiais – como a Federação Internacional de Contadores (IFAC), o Comitê Internacional de Normas de Contabilidade (IASC), a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), o Grupo de Integração do Mercosul (GIMSEA), o Comitê de Países Latinos Europa-América (CILEA) – vem sendo feita pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelo Instituto Brasileiro de Contadores (Ibracon).

No ISAR, organismo vinculado à UNCTAD/ONU e que reúne especialistas contábeis de todo o mundo, e na IOSCO, que reúne as comissões e bolsas de valores, a representação tem sido da CVM. O CFC e o Ibracon têm apoiado também a delegação brasileira no Comitê de Serviços Profissionais da Organização Mundial do Comércio (OMC), que discute as formas de liberalização dos serviços profissionais.

São as seguintes as alterações que estão sendo efetuadas:

1 – IFAC – A IFAC efetuou profundas alterações em seus estatutos e na sua estrutura para poder acompanhar a rapidez das mudanças que atingem nossa profissão. Tudo se originou nas crises dos mercados da Ásia/Pacífico, da Rússia e da América Latina. Quando tudo quebrou e o investidor viu que o ativo das empresas estava superavaliado, que as normas de Contabilidade não eram as melhores e que os padrões de auditoria eram os locais e não as normas internacionais, deve ter se perguntado: mas que mercado irresponsável é este?

Mas não foi só o investidor que ficou se perguntando sobre a qualidade dos balanços: foi o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o BID, o Banco Europeu, o IOSCO e a própria banca internacional. Na verdade, salvo o pequeno investidor (pessoa física), todos sabiam que a falta de uma padronização contábil geraria esse tipo de incerteza.

Os organismos financiadores e reguladores chamaram as diretorias da IFAC e IASC para discutir a necessidade de uma revisão e harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade e de Auditoria, para acabar com os conflitos entre as normas do IASC e as normas vigentes nos Estados Unidos e estabelecer padrões internacionais para as auditorias

transnacionais. Tanto a IFAC como o IASC passaram a examinar o cenário mundial. Preparam um relatório-base estabelecendo sua visão da profissão contábil no mundo. Numa decisão conjunta com os organismos reguladores e financiadores mundiais, constituiu-se o Fórum Internacional de Desenvolvimento da Contabilidade, conhecido como IFAD, como organismo supraprofissional, com a finalidade de supervisionar e promover a implantação

claras a serem seguidas, como a necessidade de cada país rever suas normas nacionais, adaptando-as e harmonizando-as às normas internacionais, tanto de Contabilidade privada, Contabilidade pública, auditoria, ética, educação continuada e controle de qualidade dos serviços profissionais.

3 – TAC – Dentro deste processo, a IFAC, em sua reestruturação, criou o Transnational Auditing Committee, que é um grupo formado pelas sete grandes

onde este processo não existe, foi celebrado em fevereiro de 2000 um convênio de assistência técnica com o Instituto Americano de Contadores Públicos Autorizados (AICPA), que tem uma longa experiência no processo de controle de qualidade (o modelo norte-americano é o de revisão interpares – “peer-review”) dos serviços profissionais. Também o TAC está adotando o modelo norte-americano para o restante do mundo, embora com a admissão de algumas variantes, como, por exemplo, um organismo profissional de um determinado país estruturar a sua própria equipe de controle de qualidade, não delegando este trabalho a ninguém, como ocorre no modelo norte-americano.

O modelo preconizado pela AIC oferece as duas alternativas. Além disso, estão sendo realizados fóruns com as firmas de Contabilidade e de auditoria em diversos países para a difusão do projeto AIC, que por delegação da IFAC/TAC vai promover a elaboração dos Planos de Ações Nacionais para a harmonização das normas nacionais com as normas internacionais, e implementar os programas de Controle de Qualidade dos Serviços Profissionais. Este programa será um selo de qualidade para as firmas, gerando novas perspectivas profissionais.

O país que não adotar as Normas Internacionais de Contabilidade e de auditoria como padrões, nas atividades pública e privada, não terá acesso aos mercados internacionais, tanto financeiros como de capitais. Na última reunião do IFAD, em Londres, em novembro de 2000, vários organismos mundiais enfatizaram a necessidade de que os países devem adotar padrões de Contabilidade pública consistentes e transparentes, de modo a permitir um controle efetivo sobre o processo de corrupção.

5 – IASC – Até o ano de 2000 o IASC vinha funcionando com um board constituído por profissionais que trabalhavam de forma espontânea, com enormes sacrifícios pessoais e com a colaboração também espontânea de muitos profissionais ao redor do mundo. Foi constituído um Comitê de Conselheiros (Trustees), constituído por 19 profissionais com larga experiências no mercado de capitais e financeiro. O board do IASC passou a ser constituído por 12 membros, remunerados, que vão trabalhar em período integral, além de mais de dois membros que vão trabalhar em tempo parcial. O objetivo é acelerar a revisão das normas já emitidas, harmonizá-las com as normas norte-americanas e buscar um consenso para termos uma norma internacional única nos próximos dois ou três anos.

*é presidente da Associação Interamericana de Contabilidade



dessas políticas de harmonização.

Ainda estão pendentes de aprovação a estrutura e a forma de atuação do órgão que no novo organograma da IFAC se denominará Fórum de Firms e o Public Oversight Board (POB), cuja missão será supervisionar todas essas mudanças.

2 – IFAD – Do IFAD participam a IFAC, o IASC, o Banco Mundial, o FMI, o BID, o Banco Europeu, a IOSCO, os organismos contábeis regionais de quatro continentes – AIC, FEE, CAPA e ECSAFA –, as sete grandes firmas de auditoria mundiais e vários organismos reguladores regionais e nacionais, como a UNCTAD, a OECD, a SEC e outros, num total de 32 organismos. O IFAC tem feito um trabalho extraordinário para criar um ambiente favorável em cada país para implementar as normas de Contabilidade que estão sendo revisadas pelo IASC. Pela força política e econômica de seus membros, deve estabelecer regras muito

firmas mundiais de Contabilidade e auditoria, com o objetivo primordial de estabelecer padrões eficazes, consistentes e harmonizados de práticas de auditorias transnacionais.

É necessário que se tenha um processo de controle de qualidade dos serviços profissionais, para que se tenha certeza de que uma firma de auditoria efetuou seu trabalho de acordo com as NIAs e que as demonstrações contábeis examinadas foram preparadas de acordo com as NICs elaboradas pelo IASC. Dentro deste cenário é que o TAC vai trabalhar em conjunto com os organismos regionais, como é o caso da AIC na América.

4 – AIC – Por todas essas circunstâncias, a AIC está introduzindo alterações na sua estrutura e nos seus planos de trabalho. Para atender ao desafio de implantar o Controle de Qualidade dos Serviços Profissionais na América, em especial na América Latina,

Comissão começa a preparar cursos e palestras na área técnica

A comissão criada pelo Conselho Federal de Contabilidade para acompanhar a implantação do projeto de Educação a Distância já começou a trabalhar. O coordenador da comissão, Nicolau Schwez, disse ao **Jornal do CFC** que iniciou um estudo para escolher quais os temas que serão transformados em cursos. Estes cursos serão mostrados, primeiramente, nos 16 Conselhos Regionais de Contabilidade que já instalaram o ponto da empresa Dcom, de Curitiba, responsável pela transmissão, via satélite, dos programas de Contabilidade. A comissão é composta também pelos Contabilistas Adílson Cordeiro, Domingos Orestes Chiomento, Luiz Gustavos Cordeiro da Silva e Varlindo Alves da Silva. O CFC implantou a comissão por meio de uma portaria, de nº 20/01, editada no último dia 25 de maio.

ÁREA TRIBUTÁRIA - Nicolau Schwez é contador e professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de exercer o cargo de vice-presidente de

Desenvolvimento Profissional do CRCRS. Ele anunciou que a comissão vai desenvolver palestras e cursos dentro das áreas técnicas da Contabilidade. “Pelo que estamos sentindo até agora, sentimos que devemos optar, primeiro, por cursos voltados à área tributária e comportamental, sem esquecer da área de comunicação. A hora é de o Contabilista agregar novos conhecimentos, se voltar mais para a área social”, afirmou Schwez.

Ele afirmou que, juntamente com os outros membros da comissão, está percorrendo os CRCs que já dispõem do ponto de satélite para saber quais temas são mais urgentes em termos de cursos e palestras. Ele considerou, inclusive, que algumas palestras poderão ser mostradas ao vivo via satélite para todos os CRCs. “Os próprios CRCs poderão elaborar o material a ser mostrado. A nossa intenção é implantar pontos do satélite em todos os 27 CRCs do País. A Educação a Distância é um complemento da Educação Continuada e, por isso, todos os Contabilistas filiados ao Sistema CFC/CRCs deverão participar de nossos cursos”, finalizou Schwez.



O contador Nicolau Schwez

HOMENAGEM



O presidente do CRCSE, Contador Renato da Silva Barreto, entregou ao presidente do CFC, Contador José Serafim Abrantes, uma placa em agradecimento “pelo apoio e incentivo às ações do Conselho Federal de Contabilidade no período 1998/2000”. A entrega foi feita na primeira semana de junho, no gabinete do presidente Serafim, em Brasília – DF.

Para Everardo Maciel, CPMF iria até 2003

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, considera indispensável que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) seja prorrogada até o final de 2002.

E vai mais além: o secretário disse que, se dependesse dele, o imposto iria até 2003. “Não existe nada no mundo que seja capaz de cobrir uma eventual deficiência de tributos na metade do

próximo ano, seja pela via do aumento de impostos, seja pela da redução de despesas”, declarou.

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira está prevista para vigorar até junho do ano que vem. Sua arrecadação anual é em torno de R\$ 18 bilhões. Com o fim da contribuição em meados de 2002, as contas públicas teriam uma queda de receita de R\$ 9 bilhões no próximo ano.

Feridos só na segunda-feira

Todos os feriados que caírem de terça a sexta-feira serão transferidos para as segundas-feiras. A proposta, do deputado Themístocles Sampaio (PMDB-PI), foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados e, se aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, seguirá para apreciação do Senado Federal.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo e, portanto, não precisa ser

analisado em plenário, prevê como exceções os feriados de 1º de janeiro (Confraternização Universal); 1º de maio (Dia do Trabalho); 7 de setembro (Independência); 25 de dezembro (Natal); a Sexta-feira Santa e o dia de Corpus Christi. O deputado disse que sua proposta “ajudará no resultado da balança comercial” e lembrou que as bolsas de valores mobiliários ou de ações “registram quedas acentuadas nas vésperas dos feriados”.

Dedução do IR corrigida

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou parecer favorável ao projeto de lei que corrige o valor da dedução por dependente que consta na tabela do Imposto de Renda. Pela proposta, o desconto por dependente passaria, na declaração anual do imposto, dos atuais R\$ 1.080,00 para R\$ 1.632,00.

O parecer do relator José Alencar

(PMDB-MG) foi aprovado em caráter terminativo por 12 votos a favor e três abstenções. Além disso, a Câmara dos Deputados está discutindo o projeto de lei, já aprovado pelo Senado, que corrige toda a tabela do Imposto de Renda. O projeto recebeu substitutivo transferindo a alteração da tabela, caso a matéria seja aprovada, para o ano base 2001.

Revista Brasileira de Contabilidade – Assine para ganhar

A Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) é uma das publicações mais antigas do País. Com quase 90 anos de existência, a RBC tem brindado os seus leitores sempre com matérias de interesse da Classe Contábil. Artigos técnicos discutem os mais atuais e importantes temas relacionados à atividade dos Contabilistas. São em média nove artigos por edição, assinados por profissionais atentos e preocupados com os rumos da Contabilidade no Brasil e no mundo. Temas como Educação Continuada e a Contabilidade e as novas tecnologias fazem parte do leque de assuntos que têm merecido atenção dos nossos articulistas. É leitura indispensável para aqueles que não perdem de vista o aprimoramento profissional.

Em entrevistas, a equipe da revista ouve a opinião de figuras de expressão tanto do meio contábil quanto do cenário político e econômico, já que não se pode perder de vista o papel social dos

Contabilistas. Outro espaço importante é o reservado às reportagens. Mais uma vez a cobertura não se restringe a assuntos de interesse puramente profissional. São debatidos temas que afetam a vida de todos os brasileiros, sempre buscando a opinião de autoridades na questão em pauta.

Assinar a RBC significa ter nas mãos uma das mais importantes revistas técnicas da América Latina. Nada mais oportuno nos dias de hoje quando se exige do profissional informação, senso crítico e versatilidade. A RBC tem servido como instrumento de atualização para os seus assinantes e aberto espaço para ouvir as críticas e sugestões dos leitores por meio de uma seção reservada para cartas. Aliás, a participação dos leitores é requisito indispensável para o aprimoramento da publicação.

DIGA SIM PARA A RBC - Mas agora a RBC vai oferecer ainda mais ao seu público. Quem fizer a assinatura

da revista ou renová-la pode ganhar um carro zero quilômetro. A chance de colocar um Fiat Pálio, 1000 cilindradas, novinho em folha na garagem vai até o próximo dia primeiro de setembro.

A promoção, válida em todo o território nacional, tem o patrocínio da Mastermaq Informática. A empresa é também responsável pela definição da data e do local do sorteio, que deve acontecer ainda este ano. O regulamento prevê que as pessoas interessadas vão poder acompanhar o sorteio no local determinado.

Os participantes do sorteio vão concorrer com um número que será dado a todos os inscritos na promoção. Para garantir a lisura do processo é vedada a participação de qualquer funcionário e Conselheiros do CFC.

O nome do contemplado será comunicado ao Conselho Regional de Contabilidade do estado de origem do ganhador, que será avisado por carta

de autorização para recebimento do prêmio. O felizardo vai receber as chaves do Pálio em até 30 dias, a contar da data do sorteio. Mas é preciso ficar atento, caso o prêmio não seja reclamado em até 180 dias, o contemplado perde o direito, não cabendo qualquer reclamação judicial.

Se você ficou interessado e ainda não fez a sua assinatura da Revista Brasileira de Contabilidade, anote aí o telefone para entrar nessa disputa: 0800 61 1946. A ligação é gratuita e pode ser feita de 8h30min às 18h, de segunda à sexta-feira. Você ainda pode escolher entre três formas de pagamento: boleto bancário (que pode ser pago inclusive em casas lotéricas), cartão de crédito ou cheque (nominal ao Conselho Federal de Contabilidade). Não perca mais tempo. Faça agora a sua assinatura e concorra a um Pálio 1.000 zerinho, além de ter nas mãos uma publicação preocupada com o seu aprimoramento profissional.



rbc

REVISTA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE

rbc@cfc.org.br
DDG 0800611946

MASTERMAQ

Softwares para um novo tempo

“DIGA SIM PARA A RBC”

Participe assinando ou renovando
a assinatura da RBC e concorra
a um Fiat Palio 0Km em 2001.